

O processo de independência do Kosovo: contextualização e implicações

∞ SARAH FRANCO

INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEGURANÇA (IPRIS)

A realidade comprova a ausência de uma alternativa viável à independência do Kosovo. A maioria albanesa, cerca de 90% da população, jamais aceitaria permanecer ligada à Sérvia, que por seu turno não demonstra o menor desejo de integrar como cidadãos de pleno direito os albaneses do Kosovo. Na Sérvia, os regimes políticos sucederam-se, desde 1912 até hoje, sem que nenhum deles tivesse tido a preocupação de integrar os albaneses do Kosovo no seu sistema político. Se tal vontade surgisse agora, seria tarde de mais.

Introdução

No dia 17 de Fevereiro, o Kosovo declarou a independência face à Sérvia. Numa época em que o processo de integração europeia tem vindo a proporcionar aos cidadãos da União Europeia (UE) um nível de vida e um conjunto de direitos que não tem paralelo em qualquer outra parte do mundo, poderá parecer anacrónico que, nos Balcãs, esteja a ocorrer o processo inverso – com o surgimento de novos Estados, com reduzidas dimensões e fracos índices de desenvolvimento. Mas este fenómeno ganha sentido tendo em conta que um processo de integração só pode ser viável se existir um genuíno desejo de participação num projecto comum de construção de uma forma de soberania conjunta, em que nenhuma comunidade tenha pretensões hegemónicas sobre as restantes. Tal não se verificou na forma como se desenvolveram, ao longo dos anos, as relações entre a Sérvia e o Kosovo.

O Kosovo e a Sérvia: perspectiva histórica

Para a identidade nacional sérvia, o Kosovo representa o centro espiritual da nação. Durante a Idade Média foram aí construídos alguns dos mais importantes templos da Igreja Ortodoxa Sérvia, incluindo a sede do Patriarcado, em Pec. A relevância do Kosovo para a identidade sérvia deve-se sobretudo ao facto de aí se ter travado a Batalha de Kosovo Polje, em 1389, cujo resultado é tido como determinante para a imposição do domínio otomano sobre os Balcãs.

A partir da memória desta batalha, em que pereceram o sultão otomano Murad I e o príncipe sérvio Lazar Hrebeljanovic, foi construída uma narrativa de características mitológicas conhecida como mito do Kosovo. A versão mítica da batalha apresenta-a como um confronto entre os defensores da cristandade e os invasores infiéis, cujo resultado terá ditado o fim de uma Idade de Ouro e o início do longo calvário do povo sérvio sob o jugo otomano. Na realidade, tratou-se de uma batalha pelo controlo de um território considerado de valor estratégico para ambos os lados e não de uma batalha pela defesa de valores religiosos. Porém, com o domínio otomano sobre os Balcãs e a organização da sociedade segundo a pertença a grupos religiosos (sistema de *millets*), a Igreja Ortodoxa Sérvia transformou-se no principal factor de coesão do povo sérvio, fomentando o mito do Kosovo e a memória dos reinos medievais como elementos de resistência à ocupação turca.

Quando, no século XIX, a Sérvia surgiu como Estado, o mito do Kosovo foi transformado pelo nacionalismo romântico na matriz da identidade nacional sérvia. Numa época em que a sociedade sérvia passava por profundas transformações, o mito do Kosovo fornecia um sentido de continuidade com o passado e de unidade nacional da maior importância para o processo de construção do Estado-nação sérvio. Depois de as últimas guarnições turcas terem abandona-

do o território sérvio, em 1867, o mito do Kosovo começou a ser abertamente instrumentalizado pelo poder político para justificar a expansão territorial da Sérvia. Liberta da tutela turca, o principal objectivo político da Sérvia passou a ser o da unificação de todos os sérvios num único Estado, objectivo que ficaria para a História como projecto da «Grande Sérvia», cuja concretização permitiria transformar a Sérvia no Estado mais forte da região. Esta meta foi claramente expressa pelo estadista Ilija Garasanin num documento confidencial conhecido como *Nacertanije*, que serviu de base para a expansão territorial do Reino da Sérvia, inicialmente confinado à região central da Sérvia actual.

Em 1912, durante a Primeira Guerra Balcânica, a Sérvia conquistou o Kosovo. A conquista – segundo os sérvios, a libertação do Kosovo – foi celebrada como uma nova etapa na construção da nação. A derrota de 1389 estava vingada. Sendo a identidade nacional profundamente influenciada pela religião ortodoxa sérvia, foi estabelecido um paralelismo entre o Kosovo e a Paixão de Cristo. Se a derrota de 1389 representava a crucificação de Cristo, a libertação do Kosovo representaria a Sua Ressurreição.

Num memorando enviado às Grandes Potências, a Sérvia justificou a conquista com o direito moral de um povo mais civilizado, argumento usado pelas potências europeias para justificar as suas próprias políticas coloniais.¹ Todavia, a Sérvia não tinha qualquer plano relativamente à forma como os habitantes dos novos territórios deveriam ser integrados, nomeadamente os não pertencentes à etnia sérvia.² O ressentimento cultivado em relação aos opressores turcos facilitou o lançamento de políticas repressivas, que incluíram actos de tortura, execuções em massa, conversões forçadas à religião ortodoxa, deportações e a destruição de numerosas aldeias, que mais não eram do que punições colectivas contra os albaneses, ao serviço de um objectivo de homogeneização étnica do território.³

Nessa altura, o Kosovo era já habitado maioritariamente por albaneses, sendo sérvios cerca de 25% dos seus habitantes, facto que a retórica nacionalista atribuiu ao êxodo forçado dos sérvios e à imigração de albaneses vindos de outras regiões a partir do final do século xvii, quando o envolvimento sérvio nas guerras entre os Impérios Austríaco e Otomano desencadeou intensas represálias por parte dos turcos. Os factores demográficos são da maior importância na questão do Kosovo. Quando, no século vi, os eslavos começaram a chegar aos Balcãs, há muito que os albaneses habitavam a região, uma vez que se trata de um povo autóctone. Na Idade Média, tudo indica que os sérvios fossem maioritários na região, mas após a ocupação otomana o balanço demográfico foi sendo alterado. As difíceis condições de vida no território sempre empurraram os seus habitantes para a emigração. O facto de a maioria da população albanesa ter adoptado a religião muçulmana garantia-lhe

condições de vida menos penosas do que as dos sérvios. O êxodo dos sérvios acima referido contribuiu também para a mudança demográfica, mas o seu impacto real não é claro. Por outro lado, quando em 1878 a Sérvia ocupou o triângulo de Nis, os sérvios expulsaram a maioria dos habitantes albaneses, que se deslocaram sobretudo para o Kosovo, contribuindo assim para a diminuição da proporção de sérvios nesse território.

Com a I Guerra Mundial a Sérvia foi invadida e ocupada pelo Império Austro-húngaro. Os sérvios voltaram a assumir o controlo do território em 1918 e o novo governo jugoslavo lançou um novo programa de colonização. De modo a alterar a composição étnica da região, Belgrado procurou incentivar a instalação no Kosovo de famílias sérvias e montenegrinas oriundas de outras regiões, oferecendo-lhes subsídios, isenções fiscais e a concessão de terras – em geral, propriedades expropriadas a albaneses. A identidade cultural albanesa foi duramente reprimida, sobretudo ao nível do uso e ensino da língua albanesa e a degradação das condições de vida empurrou muitos albaneses para a emigração. No entanto, dado que o programa de colonização teve um sucesso muito limitado, os albaneses continuaram a ser maioritários. Talvez por isso, inspirando-se nas políticas anti-semitas da Alemanha nazi, Belgrado tenha lançado nos anos 30 conversações com Ancara com o objectivo de obter um acordo que permitisse a deportação para a Turquia de 40 mil famílias albanesas. Centenas de milhar de pessoas teriam sido afectadas, caso o acordo não tivesse sido inviabilizado pelo desencadear da II Guerra Mundial.

Em 1941 a Jugoslávia foi atacada pela Alemanha e o seu território retalhado. A Sérvia foi ocupada pelos nazis, que instalaram em Belgrado um governo-fantoches dirigido pelo general sérvio Milan Nedic. A maior parte do Kosovo, incluindo Pristina, foi anexado pela Albânia, por sua vez dominada pela Itália. Uma pequena parte foi entregue à Bulgária, enquanto a região setentrional, rica em recursos minerais, ficou sob controlo directo dos alemães. Muitos albaneses colaboraram com os ocupantes, tendo como objectivo expulsar todos os colonos e «reverter as políticas de colonização e eslavização das duas décadas anteriores».⁴

Em 1945 foi criada a República Socialista Federal da Jugoslávia e o Kosovo foi integrado neste novo Estado, como região autónoma da República da Sérvia. Pela primeira vez o Kosovo fazia legalmente parte da Sérvia, dado que a anexação do território não se deu em 1912 após a sua conquista, mas apenas em 1919, como parte integrante do Reino da Jugoslávia, que era um Estado unitário, ao contrário da Jugoslávia de Josip Broz Tito. Tito reverteu as políticas de colonização e de repressão cultural praticadas anteriormente, mas os albaneses continuaram a ser alvo de uma intensa opressão e os sérvios permaneceram a classe dominante. A situação só melhorou quando, a partir de

1966, Tito procedeu a alterações na política cultural da Jugoslávia, passando a tolerar um certo nível de liberdade nas expressões de identidade nacional, em detrimento da ideia até então dominante de construção de uma identidade supranacional. A Liga dos Comunistas do Kosovo foi então renovada, com a maioria dos seus quadros, sobretudo sérvios, a dar lugar a uma nova geração composta maioritariamente por albaneses. A autonomia da província atingiu o seu nível máximo em 1974, ano em que uma nova Constituição federal conferiu às províncias autónomas o direito de representação própria nos órgãos federais, transformando-as em partes constituintes da Jugoslávia.

As alterações constitucionais ficaram aquém das expectativas dos albaneses, que pretendiam aceder ao estatuto de república federada. Ainda assim provocaram grande ressentimento entre os sérvios, não só no Kosovo, mas também na própria Sérvia, onde muitos aceitavam com relutância a existência de entidades autónomas no seu território.

A importância do Kosovo na ascensão do nacionalismo sérvio

Após a morte de Tito a situação no Kosovo voltou a degradar-se. Em 1981, na sequência da repressão de uma manifestação ocorrida na Universidade de Pristina, gerou-se um movimento de contestação generalizado, surgindo novamente reivindicações de um estatuto de república. Em resposta à contestação foi imposto o estado de emergência e enviado o exército. A repressão foi extremamente violenta. Uma vez dominada a situação, o aparelho da Liga dos Comunistas do Kosovo foi sujeito a intensas purgas.

A situação de tensão agravou as relações inter-étnicas, ao que se juntou a degradação das condições de vida, conduzindo milhares para a emigração. Tal situação, com efeitos no balanço demográfico do território, conjugada com uma maior taxa de natalidade entre a população albanesa, resultou na redução da proporção de sérvios no Kosovo. Esta diminuição foi instrumentalizada pela Igreja Ortodoxa e por um grupo de intelectuais sérvios, como argumento de oposição ao regime comunista jugoslavo. Alimentando-se da percepção de que os interesses dos sérvios eram sacrificados em favor das outras nacionalidades, surgiu uma intensa campanha acusando o regime de passividade perante as injustiças de que os sérvios do Kosovo estariam a ser vítimas. Apareceram, então, cada vez mais vozes a denunciar a existência, por parte dos albaneses, de um plano de genocídio contra os sérvios, destinado a transformar o Kosovo num território etnicamente homogéneo, através da violação de mulheres, raparigas e freiras sérvias, da destruição de monumentos e de outros actos de violência, de modo a provocar o êxodo dos sérvios. Tais acusações, que vieram a provar-se falsas,⁵ tiveram a sua expressão máxima no Memorando da Academia Sérvia para as Artes e Ciências, parcialmente torna-

do público em 1986. O Memorando descrevia a situação no Kosovo como sendo de guerra total: «O genocídio físico, político, legal e cultural da população sérvia no Kosovo e Metohija é uma derrota histórica pior do que qualquer das derrotas vividas durante as guerras de libertação em que os sérvios lutaram desde a Primeira Rebelião Sérvia em 1804 até ao levantamento de 1941».⁶

A ascensão de Slobodan Milosevic teve este ambiente como pano de fundo. Em Abril de 1987, Milosevic tornar-se-ia conhecido graças a um incidente durante uma reunião na localidade de Kosovo Polje. A sala estava lotada para ouvir o então líder do partido em Belgrado, pelo que muitos manifestantes, de nacionalidade sérvia e montenegrina, ficaram do lado de fora, onde entraram em conflito com elementos da polícia, composta sobretudo por albaneses. Seguiu-se uma carga policial, contra a qual Milosevic reagiu veementemente, declarando que «ninguém tem o direito de vos bater». A partir desse momento, cuja enorme repercussão se deveu à presença de uma equipa de televisão, Milosevic passou a apresentar-se como protector dos interesses dos sérvios do Kosovo e dos sérvios em geral.

Manipulando a questão do Kosovo e combinando a pressão interna com a organização de grandes manifestações populares, Milosevic afastou todos os seus adversários na Liga dos Comunistas da Sérvia e substituiu por aliados seus os líderes do partido na Vojvodina, no Montenegro e no Kosovo. Esta manobra provocou uma forte reacção por parte dos albaneses, com manifestações e greves, facto que Milosevic aproveitou para garantir a prisão do líder deposto, Azem Vllasi, por actividades contra-revolucionárias. O agravamento da tensão vivida na província foi o argumento derradeiro para a eliminação do seu estatuto de autonomia. Os sérvios voltavam a controlar o Kosovo. Já como Presidente da Sérvia, Slobodan Milosevic regressou ao Kosovo, a 28 de Junho de 1989, para encabeçar uma monumental cerimónia de celebração dos 600 anos da Batalha de Kosovo Polje. Perante mais de um milhão de pessoas, Milosevic declarou: «Durante 600 anos, o heroísmo do Kosovo inspirou a nossa criatividade, alimentou o nosso orgulho, e não podemos esquecer-nos de que tínhamos um grande exército, um dos raros que, apesar das suas perdas, nunca foi totalmente derrotado. Seis séculos mais tarde, estamos de novo envolvidos em batalhas, afrontamos novas batalhas. Não se trata ainda de batalhas com armas, mas não podemos excluir a sua eventualidade».⁷

No ano seguinte a nova Constituição sérvia aboliu as províncias autónomas, transformando a Sérvia num Estado centralizado. Tratou-se do primeiro acto de desmantelamento das estruturas que sustentavam o complexo modelo político jugoslavo. Milosevic atingia então o auge do seu prestígio. Conseguira devolver aos sérvios o controlo pleno sobre o seu território, emergindo perante a opinião pública sérvia como o único homem capaz de defen-

der os interesses dos sérvios perante as injustiças de que estariam a ser alvo. Milosevic aparecia «como uma força unificadora entre os sérvios, mas uma força divisora na Jugoslávia como um todo».⁸ No entanto, o líder sérvio já mais se assumiu como nacionalista, apresentando-se sempre como um defensor da Jugoslávia. Foi nessa qualidade que procurou justificar o seu envolvimento nas guerras da Croácia e da Bósnia, pelo seu alegado dever de apoiar a reivindicação dos sérvios destes territórios de permanecer na Jugoslávia.

O Kosovo sob o regime de Milosevic

Quando, em 1992, a Croácia, a Eslovénia, a Macedónia e a Bósnia-Herzegovina foram internacionalmente reconhecidas como Estados independentes, a Jugoslávia deixou de existir. As duas repúblicas remanescentes, a Sérvia e o Montenegro, criaram então uma nova federação, a República Federal da Jugoslávia, incluindo a Vojvodina e o Kosovo como partes integrantes da Sérvia. Slobodan Milosevic era a figura dominante deste novo Estado, que procurou, sem sucesso, apresentar-se ao mundo como sendo o legítimo país sucessor do Estado fundado por Tito no final da II Guerra Mundial.

Sob o regime de Milosevic, o Kosovo assistiu à revogação de todos os benefícios que a maioria albanesa havia conquistado nas décadas anteriores. Os actos de violação dos direitos humanos afectaram «todos os aspectos da vida do Kosovo».⁹ Mais de 80 mil albaneses foram expulsos dos seus empregos, incluindo os professores que leccionavam em língua albanesa; as transacções de propriedades entre sérvios e albaneses foram restringidas, os jornais em língua albanesa encerrados.¹⁰ Milosevic transformou o Kosovo num «Estado policial governado por sérvios»,¹¹ instalando na região uma espécie de sistema de *apartheid*.¹² A repressão sistemática visava tornar a vida dos albaneses insuportável e assim forçá-los a abandonar a região. Desta forma, «o regime de Milosevic conseguiu destruir as tradições locais de coexistência, aceitação mútua e harmonia entre os sérvios e os albaneses do Kosovo».¹³

A reacção albanesa foi surpreendente. Liderados por Ibrahim Rugova, presidente da Associação dos Escritores do Kosovo e fundador da Liga Democrática do Kosovo (LDK), os albaneses adoptaram uma política de resistência passiva, baseada nas ideias de Mahatma Gandhi da não-violência.¹⁴ Em 1992 Rugova seria proclamado Presidente da República do Kosovo por uma Assembleia constituída na sequência de eleições organizadas clandestinamente. A sua estratégia para o Kosovo assentava em três pilares:

- Evitar um conflito violento, que seria inevitavelmente trágico, dada a desproporcionalidade de forças entre sérvios e albaneses;
- Negar sistematicamente a legitimidade do domínio da Sérvia sobre o

Kosovo, boicotando eleições e referendos organizados pelo Estado sérvio, e organizando uma sociedade paralela, dotada de instituições próprias de um Estado e financiada por impostos voluntários recolhidos sobretudo entre os membros da diáspora;

- Internacionalizar o problema do Kosovo, na esperança de que a recusa da violência por parte dos albaneses fosse premiada pela comunidade internacional.

O fracasso na tentativa de internacionalização da questão foi um rude golpe para Rugova, «que passara quatro anos dizendo ao seu povo que deveria ser paciente até que a comunidade internacional impusesse a resolução final [dos conflitos] da ex-Jugoslávia».¹⁵ Quando os Acordos de Dayton trouxeram o fim da guerra na Bósnia e na Croácia, a questão do Kosovo foi praticamente ignorada.

Após Dayton, a situação do Kosovo degradou-se ainda mais. Milhares de refugiados sérvios expulsos da Croácia instalaram-se na região e as milícias paramilitares sérvias tornaram-se muito activas, criando uma situação de instabilidade que minou a credibilidade da política de não-violência. Em 1996 começaram a ocorrer incidentes violentos dirigidos contra as forças policiais sérvias e em Novembro de 1997 o Exército de Libertação do Kosovo (UCK) fez a sua primeira aparição pública, quando membros seus encapuzados estiveram presentes num funeral de um professor albanês vítima da polícia sérvia.

O surgimento de uma onda de violência no Kosovo permitiu ao regime sérvio encontrar um novo inimigo. O poder de Milosevic saíra bastante fragilizado dos Acordos de Dayton. Entre os nacionalistas Dayton era considerado uma traição ao povo sérvio. Entre a oposição democrática Milosevic era responsabilizado por ter conduzido a Sérvia ao isolamento internacional e ao empobrecimento, enquanto que a elite no poder enriquecia ilicitamente.¹⁶ A decadência do regime traduziu-se na sua primeira derrota eleitoral, nas eleições municipais de 1996. Em 1997 Milosevic teria de enfrentar um novo foco de contestação, quando o Primeiro-Ministro do Montenegro, Milo Djukanovic, que entretanto começara «a defender abertamente uma política externa e económica diferente da que era levada a cabo pelo governo federal»,¹⁷ se opôs à sua eleição para Presidente da Jugoslávia. A ruptura entre Belgrado e Podgorica foi consumada quando Djukanovic foi eleito Presidente do Montenegro em 1998 e só o receio de uma nova guerra coibiu o Montenegro de declarar a independência. Cada vez mais contestado internamente, Milosevic encontrou nos problemas do Kosovo uma forma de surgir novamente perante os sérvios como um protector da nação contra os seus inimigos, reforçando, deste modo, a sua base de apoio.

Assim, em Fevereiro de 1998, após a execução de dois polícias sérvios por militantes albaneses, a polícia sérvia desencadeou uma acção de contra-insurreição na região de Drenica. Dias depois ocorreria o primeiro grande massacre do conflito do Kosovo, com a execução pela polícia sérvia de Adem Jashari, um dos líderes do UCK, bem como de 40 membros da sua família e restantes habitantes da respectiva aldeia. Este acontecimento levou a população albanesa a abandonar a não-violência e a apoiar o UCK. Seguiu-se uma escalada no conflito. Em Agosto de 1998, o UCK chegaria a controlar 40% do território.

A contra-ofensiva sérvia obrigou o UCK a recuar, gerando mais de 300 mil deslocados internos. Mais do que combater a insurreição, Belgrado enveredou por uma política de limpeza étnica, procurando «infligir o terror entre a população albanesa e compelir à fuga».¹⁸ Também do lado do UCK ocorreram graves violações dos direitos humanos, nomeadamente acções de sequestro e execuções de civis não-albaneses, bem como de «albaneses moderados que continuavam a apoiar a estratégia de Rugova».¹⁹ Ainda assim, a desproporcionalidade no uso da força por parte dos sérvios era inegável, factor que levou os Estados Unidos da América (EUA) e os seus aliados europeus a colocarem um ponto final na atitude de tolerância que haviam adoptado em relação a Milosevic, em parte devido ao seu papel em Dayton. Perante a ameaça de ataques aéreos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), Milosevic pareceu ceder. Em Outubro Richard Holbrooke obteve de Belgrado um cessar-fogo no Kosovo. A retirada sérvia foi aproveitada pelo UCK para retomar as suas posições. Em Dezembro os confrontos foram retomados. Em Janeiro de 1999, o massacre de Raçak, em que a polícia sérvia executou 45 habitantes desta aldeia, condenou definitivamente a tolerância concedida a Milosevic pelos países da NATO.

Sob a ameaça de uso da força foi convocada a Conferência de Paz de Rambouillet. Apenas a delegação kosovar assinou a proposta apresentada «sob pressão e com o entendimento de que não poderia haver bombardeamentos contra os sérvios se os albaneses não assinassem».²⁰ A delegação jugoslava recusou-se a assinar, opondo-se às disposições que previam liberdade de movimentos em todo o território jugoslavo para a força da NATO encarregue de implementar o acordo, situação que, na perspectiva sérvia, violava a soberania da República Federal da Jugoslávia.²¹ A forma como as potências internacionais tentaram impor o acordo permitiu a Milosevic continuar a apresentar-se internamente como um líder moderado, capaz de defender os sérvios mesmo perante as maiores pressões, estando disposto a resistir à «Nova Ordem Mundial» e ao imperialismo norte-americano. A 20 de Março de 1999, data da retirada da missão de observação da Organização para a

Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), teve início uma campanha destinada a expulsar do Kosovo milhares de civis de etnia albanesa.²² Quatro dias depois a NATO lançaria os primeiros bombardeamentos.

Os bombardeamentos prolongaram-se por onze semanas, durante as quais a população civil albanesa foi alvo de uma campanha sistemática de limpeza étnica, numa proporção muito superior à prevista pela NATO, facto que evidenciava graves lacunas na preparação para a guerra.²³ As operações sérvias contra a população civil albanesa fizeram mais de 10 mil mortos e cerca de 3500 desaparecidos. Aproximadamente 90% dos albaneses foram forçados a abandonar as suas casas e as forças jugoslavas deportaram cerca de 850 mil pessoas. Para impossibilitar o seu regresso, as suas casas eram sistematicamente destruídas. Assim, mais de 500 aldeias foram reduzidas a cinzas e cerca de 40% das habitações foram gravemente danificadas ou destruídas.²⁴

Em Junho, com o apoio interno em forte declínio e os bombardeamentos da NATO cada vez mais intensos, Milosevic acabou por ceder. A 10 de Junho de 1999, o Conselho de Segurança da ONU aprovaria a Resolução 1244,²⁵ impondo a retirada de todas as forças sérvias e federais, o estabelecimento de uma presença militar internacional sob comando unificado, participação substancial da NATO e a constituição de uma administração civil internacional. A Resolução 1244 representou, nas palavras de Richard Holbrooke, «uma obra de grande habilidade e criatividade, cuja opacidade era necessária para que os bombardeamentos parassem»,²⁶ sendo suficientemente aceitável para que a China e a Rússia permitissem a sua aprovação. Por um lado, reconhecia a soberania e a integridade territorial da República Federal da Jugoslávia. Por outro, impunha que o estatuto final do Kosovo fosse definido através de um processo político, «tendo plenamente em conta os Acordos de Rambouillet», que, por sua vez, faziam ainda referência à Acta Final de Helsínquia.

O Kosovo sob administração internacional:

A actuação da Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK) tinha oito objectivos centrais como condição prévia à definição do estatuto final do Kosovo: a existência de instituições democráticas; o Estado de direito; liberdade de movimentos; regresso e reintegração dos refugiados; estabelecimento das bases para uma economia de mercado; direitos de propriedade; diálogo com Belgrado e desmilitarização do VCK.²⁷ A opção política de condicionar a definição do estatuto do Kosovo aos objectivos ficaria conhecida como *standards before status*. Estas tarefas revelar-se-iam de difícil concretização, surgindo inúmeros focos de tensão entre as autoridades internacionais e as populações e instituições locais.

O problema dos refugiados foi o primeiro grande teste que a força liderada

pela NATO (KFOR) e a UNMIK tiveram de enfrentar. Com a retirada sérvia, mais de 230 mil sérvios e pessoas de outras nacionalidades não-albanesas abandonaram o território, em grande medida devido ao receio de retaliações. Por outro lado, o regresso dos refugiados albaneses foi extremamente rápido. Em poucos meses, praticamente a totalidade tinha regressado, para encontrar as suas casas e aldeias destruídas ou danificadas. Foram desencadeadas numerosas acções de represálias, fomentadas ou favorecidas pelo UCK, cuja linha dura desejava implicitamente um Kosovo etnicamente limpo de sérvios e outros indesejáveis.

Numa primeira fase, a KFOR e a UNMIK tiveram grande dificuldade em lidar com o UCK, que então dominava o território e procurava apresentar-se como a única força política com legitimidade para governar. A desmilitarização do UCK foi um processo complexo, dada a relutância da linha dura do movimento em aceitar qualquer cedência de poder. O UCK foi transformado numa organização civil, o Corpo de Protecção do Kosovo (TKK), formalmente sob a autoridade da UNMIK, mas cujos líderes eram todos ex-membros do UCK. Sob esta organização penderam sérias suspeitas de envolvimento nos conflitos que viriam a surgir em 2000 no vale de Presevo, no sul da Sérvia, e em 2001, na região de Tetovo, na Macedónia, com o aparecimento de grupos extremistas albaneses, apenas resolvidos pela pronta actuação da NATO e da OSCE.²⁸

O comportamento do UCK estava a pôr em causa a democratização do Kosovo, levando os albaneses a devolverem o apoio ao partido de Ibrahim Rugova. Em Outubro de 2000, em eleições municipais – as primeiras organizadas após a guerra – o LDK de Ibrahim Rugova venceu com 58% dos votos. O Partido Democrático do Kosovo (PDK), liderado por Hashim Thaci, o líder político do UCK, obteve 27%. Nas eleições legislativas do ano seguinte, a votação foi de 45,6% para o LDK e 25,7% para o PDK. Tais valores foram reveladores do «desencanto de muitas pessoas com o UCK depois da guerra e de até que ponto o UCK estava longe de representar a sociedade».²⁹ O Parlamento elegeu Ibrahim Rugova como Presidente, cargo que ocupou até à sua morte, em Janeiro de 2006.

A criação e consolidação de instituições de autogoverno no Kosovo foi um dos principais sucessos da presença internacional, mas as instituições internacionais revelavam maiores dificuldades no campo económico. O Kosovo não podia aceder aos mecanismos de endividamento internacional e a situação de limbo relativa ao estatuto final tornava impensável, para qualquer multinacional, o investimento no Kosovo. Deste modo, o território estava dependente dos doadores internacionais e das remessas dos emigrantes, o que expunha, em parte, a população ao crime organizado. Além disso, a deportação sistemática por parte de diversos países da UE de cidadãos kosovares antes aí refugiados, apenas agravou os problemas de desemprego e de pobreza,

contribuindo para alimentar um clima de tensão social, de descontentamento e de desconfiança em relação às instituições internacionais, acarretando outras consequências.

Em Março de 2004, o surgimento de uma onda de violência veio expor a fraqueza da ONU e da NATO, pondo em causa toda a estratégia para o Kosovo. O que começara como uma manifestação, organizada na cidade de Mitrovica em solidariedade com a morte por afogamento de três crianças albanesas (alegadamente perseguidas até ao Rio Ibar por sérvios que se faziam acompanhar de cães perigosos), rapidamente degenerou em actos de extrema violência dirigidos contra a UNMIK e a KFOR, mas, sobretudo, contra os sérvios e outras minorias. Segundo o International Crisis Group, a onda de violência terá sido desencadeada de forma espontânea, mas o grau que atingiu foi potenciado pela actuação de extremistas e criminosos albaneses. Em apenas três dias, 19 pessoas morreram e cerca de 900 ficaram feridas. Foram ainda destruídas ou gravemente danificadas mais de 700 casas, 10 edifícios públicos, 30 igrejas sérvias e dois mosteiros.³⁰

Aproveitando o ambiente de tensão resultantes dos acontecimentos de Março de 2004, o Governo sérvio apresentou, em Abril desse ano, um plano em que propunha que as zonas sérvias fossem alargadas e retiradas da jurisdição do Governo kosovar – plano este recusado pelo Grupo de Contacto.³¹ Em resposta, Belgrado apoiou o boicote sérvio às eleições legislativas do Kosovo de Outubro de 2004, tornando clara a sua estratégia de criar condições para uma futura partição do Kosovo. Incentivados, os sérvios do Kosovo adoptaram uma orientação isolacionista, boicotando as instituições kosovares e criando instituições paralelas exclusivamente sérvias. Tal atitude, que em nada favorecia a democratização do Kosovo, interessava, de alguma forma, aos líderes albaneses, que «não fizeram grande coisa para dissipar os receios» sérvios de que a sua participação não lhes trouxesse qualquer benefício real.³² A maioria dos sérvios que abandonou o Kosovo depois de 1999 fê-lo definitivamente. Muitos dos que ficaram sentiram-se forçados ou foram induzidos a mudar-se para a parte norte do território, maioritariamente sérvia. Por outro lado, também muitos albaneses residentes nessa zona se sentiram forçados a mudar-se para as zonas de maioria albanesa.

O estatuto final do Kosovo

Perante as evidentes dificuldades da UNMIK em ser bem sucedida na estratégia dos *standards before status*,³³ o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, concluiu que, apesar de uma desigual aplicação das normas, era «chegado o momento de passar à fase seguinte do processo político».³⁴ Tornava-se cada vez mais claro que a situação de indefinição relativamente ao estatuto

era, em si mesma, um obstáculo à implementação dos padrões que deveriam tornar o Kosovo um território democrático, tolerante e estável. Em Novembro de 2005, Kofi Annan nomearia Martti Ahtisaari como seu Enviado Especial, com a missão de liderar as negociações para a determinação do estatuto final do Kosovo. Para tal, deveria basear-se nas directrizes do Grupo de Contacto,³⁵ as quais rejeitavam a partição, a possibilidade de integração do Kosovo num país terceiro ou o regresso à situação anterior à guerra, conferindo-lhe grande liberdade para conduzir as negociações.

Sendo a independência o objectivo dos representantes albaneses, a sua estratégia passou por demonstrar sistematicamente abertura às propostas de Ahtisaari, de modo a não alienar o apoio internacional. Já a Sérvia revelou uma atitude inflexível, defendendo para o território «mais do que autonomia, menos do que independência». No entanto, Belgrado nunca definiu concretamente que tipo de autonomia ofereceria ao Kosovo, procurando simultaneamente adiar a questão o mais possível.

Em princípio, qualquer governo de um Estado soberano terá relutância em prescindir da tutela de uma parte do seu território. No entanto, só há duas maneiras de governar uma região: garantindo a lealdade dos cidadãos para com o Estado, através do reconhecimento da sua legitimidade para governar ou, tratando-se de um poder visto pela população como ilegítimo, através da repressão. No caso do Kosovo, a intervenção da NATO e a subsequente administração internacional do território tornaram impossível o exercício da soberania sérvia sobre o Kosovo através da repressão. Por outro lado, após a queda do regime de Milosevic, não houve qualquer tentativa, por parte do novo regime, de encetar uma aproximação aos albaneses do Kosovo. Para melhor compreender a posição de Belgrado é fundamental caracterizar sucintamente o ambiente político na Sérvia.

Apesar da queda de Milosevic, em Outubro de 2000, representar um corte com o autoritarismo cleptocrático que caracterizava o regime, a Sérvia tem-se revelado incapaz de proceder a uma ruptura com a ideologia nacionalista que fora, durante 11 anos, um dos sustentáculos do regime. Numa primeira fase, o Governo sérvio, então liderado por Zoran Djindjic, revelou uma aposta séria no sentido de dismantlar os numerosos resquícios do regime de Milosevic, criando condições para a aproximação à União Europeia e aos valores das democracias liberais. Nesse sentido, o Governo aceitou cooperar com o Tribunal Penal Internacional Especial para a ex-Jugoslávia, detendo e deportando Milosevic e outros elementos indiciados, e, em relação ao Kosovo, o Governo sérvio incentivou a participação da minoria sérvia nas eleições para as instituições kosovares. Mas o assassínio de Djindjic, em Março de 2003 e a ascensão ao cargo de Primeiro-Ministro do seu rival, Vojislav Kostunica, um

político que se define ideologicamente como nacionalista moderado, veio reverter as políticas encetadas pelo primeiro em favor do que era apresentado como uma transição democrática menos abrupta. No Kosovo, tal orientação resultou no incentivo ao boicote dos sérvios locais das instituições kosovares e na construção de instituições paralelas financiadas por Belgrado. Por outro lado, quando, em 2007, foi convocado um referendo para aprovar a nova Constituição sérvia, os albaneses e outros não-sérvios do Kosovo foram riscados dos caderno eleitorais. A matriz nacionalista do actual regime sérvio ficou patente na sua nova Constituição, ratificada por referendo em Outubro de 2006, que consagra um conceito étnico de nação, ao referir no Artigo 1 que a Sérvia é «o Estado do povo sérvio e dos cidadãos que nele vivem».³⁶ Assim, nunca foi enviado aos albaneses do Kosovo qualquer sinal de que a Sérvia estaria disposta a encará-los como cidadãos de pleno direito, e lançar um processo de reconciliação que permitisse sarar as feridas do passado e eventualmente reverter o seu desejo de independência.

Durante 2006 Ahtisaari desenvolveu uma intensa actividade diplomática, que incluiu 17 rondas de negociação directas entre Belgrado e Pristina. Após meses de conversações, tendo em conta os escassos resultados, decidiu apresentar a sua proposta de estatuto após as eleições legislativas sérvias de 21 de Janeiro de 2007. A proposta foi tornada pública a 2 de Fevereiro e, após uma última ronda a 10 de Março, Ahtisaari deu por terminadas as negociações, considerando esgotadas todas as hipóteses de acordo.

O plano de Ahtisaari propunha uma forma de soberania condicionada sem, no entanto, mencionar a palavra independência. O Kosovo seria dotado de uma Constituição, símbolos nacionais (bandeira, hino, entre outros), bem como do direito de concluir tratados internacionais e de pedir a adesão a organizações internacionais, dotando, assim, o Kosovo de personalidade jurídica internacional. O próprio Ahtisaari encarregou-se de eliminar qualquer ambiguidade, declarando no Relatório apresentado ao Secretário-Geral das Nações Unidas que «a independência é a única opção para um Kosovo politicamente estável e economicamente viável».³⁷

A proposta de estatuto tinha como objectivo fazer do Kosovo uma sociedade multi-étnica, democrática, respeitadora dos direitos humanos e liberdades fundamentais, na qual as minorias beneficiariam de uma protecção reforçada, incluindo:³⁸

- a língua sérvia como língua oficial do Kosovo, a par da língua albanesa;
- mecanismos de representação específicos para instituições-chave, tendo os seus representantes a capacidade de bloquear a aprovação de leis de interesse particular para as comunidades;

- um alto nível de descentralização, beneficiando especificamente os municípios de maioria sérvia com competências reforçadas, autonomia financeira alargada, como, por exemplo, a capacidade de receber financiamento transparente da Sérvia, a possibilidade de estabelecer parcerias ou outras formas de cooperação transfronteiriça com instituições sérvias;
- a criação de seis novos municípios de maioria sérvia;
- o reconhecimento da Igreja Ortodoxa Sérvia pelas autoridades kosovares, beneficiando de um estatuto de isenção fiscal e a criação de zonas de protecção em torno de 40 monumentos religiosos e culturais sérvios, de modo a impedir qualquer construção nessas áreas.

A segurança externa do Kosovo continuaria a ser assegurada pela presença militar internacional liderada pela NATO, estando ainda prevista a dissolução do TKK e a criação da Força de Segurança do Kosovo, com 2500 membros e 800 reservistas, equipada com armas ligeiras e impedida por estatuto de possuir qualquer tipo de armamento pesado. Quanto às forças policiais, o plano previa que a composição étnica da Polícia do Kosovo, consoante a circunscrição, teria de corresponder à composição étnica do respectivo município, ficando as assembleias municipais dos municípios de maioria sérvia dotadas de amplos poderes no processo de selecção do seu comandante.

Com a aprovação do estatuto final pelo Conselho de Segurança da ONU, a administração interina do território chegaria ao seu termo. A UNMIK foi substituída, após um período de transição de 120 dias, por um serviço civil internacional, liderado pelo representante civil internacional, cargo ocupado por um Representante Especial da União Europeia dotado de amplos poderes, de modo a garantir a implementação do estatuto.

O plano Ahtisaari conferia à UE um importante papel na transição do Kosovo para a independência. Para além de ter essencialmente a seu cargo o serviço civil internacional, a UE deveria enviar uma missão no quadro da Política Europeia de Segurança e de Defesa. Esta estaria destinada a monitorizar e prestar assistência nas áreas do Estado de direito, com competências para investigar e levar a julgamento crimes considerados «sensíveis», nomeadamente nas áreas do crime organizado, crimes inter-étnicos ou crimes de guerra.

A reacção das autoridades sérvias à proposta de estatuto foi de total rejeição. O Governo sérvio recusou-se a aceitar a independência do Kosovo, argumentando que tal solução constituía uma flagrante violação do Direito Internacional, causando uma instabilidade insuportável na região e podendo mesmo colocar em causa a democracia sérvia.³⁹ Pelo contrário, o Governo do Kosovo aceitou a proposta, ainda que as disposições relativas aos direitos da

minoria sérvia tenham produzido um certo mal-estar entre os albaneses, pelo facto de conferir a Belgrado grande margem de manobra e a possibilidade de interferir nos assuntos internos do Kosovo.⁴⁰

Entre os Estados representados no Grupo de Contacto, os principais apoiantes da independência condicionada do Kosovo foram os EUA e o Reino Unido, que desejavam uma resolução rápida da questão do estatuto final do território, com a Alemanha e a França a apoiarem igualmente o plano Ahtisaari, mas privilegiando um consenso, ainda que tal implicasse o prolongamento do processo. Por outro lado, a posição da Rússia consistiu sempre na afirmação de que qualquer solução teria de ser aceitável tanto para os kosovares como para os sérvios. Por essa razão, a estratégia sérvia de inflexibilidade negocial teve como sustentação a crença de que a Rússia viesse a impedir a independência do Kosovo, através do recurso ao direito de veto no Conselho de Segurança.⁴¹

A Rússia justifica a sua posição por considerar que a independência do Kosovo pode abrir um precedente relativamente a uma série de regiões do mundo onde existem movimentos secessionistas. Vladimir Putin chegou mesmo a propor a criação de princípios universais para a resolução de tais conflitos, considerando que «se as pessoas defendem que o Kosovo deveria beneficiar de uma independência completa, então por que deveríamos negá-la à Abcásia e à Ossétia do Sul?». ⁴² Note-se que a Rússia apoia os movimentos secessionistas destas regiões da Geórgia, mas a actuação de Putin na Chechénia põe em dúvida a autenticidade do seu interesse em tais princípios universais. Por seu turno, os Estados que apoiam a independência do Kosovo têm procurado negar que este caso constitua um precedente, acentuando o seu carácter único.

Contrariando o empenho dos EUA em resolver rapidamente a questão, a Rússia conseguiu adiar a decisão sobre o estatuto do Kosovo. Quando o plano Ahtisaari foi apresentado no Conselho de Segurança, a 4 de Abril de 2007, a Rússia propôs o envio de uma missão para avaliar a situação no terreno, cujas conclusões seguiram anteriores relatórios.⁴³ O impasse no Conselho de Segurança manteve-se e foi então decidido, por sugestão do Presidente francês Nicholas Sarkozy, lançar uma nova ronda de negociações entre os governos sérvio e kosovar, conduzidas desta vez por uma tróica constituída pelos EUA, Rússia e UE, que decorreram entre Agosto e Novembro de 2007.

A opção por comprar tempo, adiando a resolução da questão em mais alguns meses, prendeu-se com dois factores: a posição da Rússia e a falta de consenso no seio da UE quanto às medidas a adoptar caso Moscovo viesse a inviabilizar uma solução no quadro das Nações Unidas.⁴⁴ Até certa altura existiu nos meios diplomáticos a expectativa que a Rússia alterasse a sua po-

sição caso obtivesse determinadas concessões, como por exemplo o desbloqueio do seu processo de adesão à Organização Mundial de Comércio, ou um entendimento com os EUA relativamente à questão do escudo antimísseis.⁴⁵ Bastante mais lúcida foi a opinião de Richard Holbrooke, segundo a qual «a Rússia parece estar a aproveitar a oportunidade para desafiar países-chave no Ocidente, especialmente a Alemanha e os EUA».⁴⁶ Moscovo usou habilmente a questão do Kosovo como mais uma forma de reafirmar o seu papel nas relações internacionais e de, por outro lado, obter vantagens na sua relação com a Sérvia, nomeadamente em relação à privatização de diversas empresas estratégicas, compradas durante este período por empresas russas por uma fracção do seu valor real.⁴⁷ Recorde-se que, em Julho de 2003, a Rússia havia retirado o seu contingente militar do Kosovo.⁴⁸ Quanto à UE, o tempo ganho com o prolongamento das negociações não foi suficiente para atingir uma posição comum quanto à atitude a tomar no caso de veto russo ao Plano Ahtisaari. Todavia, permitiu encontrar um consenso mínimo quanto à aprovação das missões a enviar para o Kosovo.

As negociações conduzidas pela tróica revelaram-se infrutíferas. Na realidade, apenas a UE revelou um empenho sério em propor novas soluções. Enquanto a Rússia manteve a sua posição de recusa de qualquer proposta que não merecesse o acordo das duas partes – sem, no entanto, nada fazer para promover tal acordo – os EUA tornaram muito clara a sua posição de defesa da independência do Kosovo e que reconheceriam uma declaração unilateral. A Sérvia chegou a lançar ideias como a da concessão de um estatuto análogo ao de Hong Kong ou das Ilhas Alland (habitadas por suecos mas com soberania finlandesa), mas uma vez mais, Belgrado nunca apresentou propostas devidamente fundamentadas. Quanto aos representantes do Kosovo, limitaram-se a manter a sua posição, defendendo a independência segundo os moldes estabelecidos pelo Plano Ahtisaari. O representante da UE, Wolfgang Ischinger, tentou ainda apresentar um novo roteiro ao Grupo de Contacto, a quem a tróica reportava, mas tal foi inviabilizado pela Rússia.⁴⁹

A declaração unilateral de independência: condicionantes e implicações
Perante o fracasso de todas as tentativas de entendimento entre Belgrado e Pristina, e sendo evidente a inflexibilidade russa, os últimos meses de 2007 serviram, essencialmente, para construir uma solução alternativa que contornasse o Conselho de Segurança, cuja situação de bloqueio ficou mais uma vez patente quando, a 19 de Dezembro de 2007, a sessão dedicada ao Kosovo não só não resolveu o impasse, como não produziu qualquer conclusão. Perante a certeza do veto russo, o Plano Ahtisaari não chegou a ser submetido a votação.⁵⁰

Dadas as condicionantes deste processo, apenas restavam duas alterna-

tivas, a manutenção do *statu quo* – transformando o Kosovo em mais um *frozen conflict* – ou o apoio internacional à declaração de independência do Kosovo, mediante o compromisso por parte do seu Governo perante determinadas condições. Ambas as opções comportavam riscos.

A manutenção do *statu quo* agravaria certamente a situação do território, tendo em conta as expectativas da maioria albanesa quanto à independência, mas também as avaliações efectuadas pelas próprias organizações internacionais no terreno quanto ao impacto económico negativo do arrastamento da administração interina da ONU. Estes factores, conjugados com a dinâmica política interna tanto no Kosovo como em Belgrado, poderiam, mais cedo ou mais tarde, resultar em novas explosões de violência que deitariam por terra todo o esforço investido pela comunidade internacional desde 1999.⁵¹

Foi a segunda alternativa que triunfou. No dia 17 de Fevereiro de 2008, perante o Parlamento do Kosovo, o Primeiro-Ministro Hashim Thaci proclamou a independência. A Sérvia reagiu, como seria de esperar, declarando-a ilegal.

A declaração de independência estipula que o Kosovo será uma república democrática, secular e multi-étnica, baseada na igualdade e na não-discriminação, e menciona expressamente a sua vinculação ao Plano Ahtisaari, incluindo nas questões referentes aos direitos das minorias – o que, a concretizar-se, fará do Kosovo um dos Estados do mundo que maior protecção e privilégios conferirá às minorias étnicas.⁵² A declaração afirma também o desejo de continuação da NATO no quadro da Resolução 1244, aceitando também o estabelecimento do serviço civil internacional e da missão da UE, tal como delineados pelo Plano Ahtisaari.

A transição para a independência foi preparada em coordenação estreita com os governos dos EUA, Reino Unido, Alemanha e França, bem como com o Alto-Representante da UE para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC), Javier Solana. Em menos de um mês o Kosovo foi reconhecido como Estado independente por mais de três dezenas de Estados, que assumem assim a sua quota-parte nos riscos de tal atitude.⁵³

Esses riscos consistem, por um lado, no facto de uma solução não consensual ter necessariamente implicações negativas na estabilidade do território e, por outro, no carácter contestável da sua legitimidade, uma vez que a legalidade desta opção fica dependente da interpretação a dar à Resolução 1244. A ambiguidade com que foi redigida permite duas leituras opostas consoante a perspectiva adoptada por quem a interpreta. Se for valorizada uma visão soberanista, a referência à soberania sérvia e a ausência de uma nova resolução são fortes argumentos contra o reconhecimento da declaração de independência. Se valorizarmos sobretudo o respeito pelos direitos humanos e o prin-

cípio da auto-determinação dos povos, a perspectiva será diferente: a resolução não definiu em concreto o método de determinação do estatuto final do Kosovo, mas fez uma importante referência à necessidade de respeitar a Acta Final de Helsínquia.

A perspectiva soberanista invoca apenas os artigos relativos à integridade territorial e ao princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Por esse prisma, seria ilegal não apenas a declaração de independência, mas todo o envolvimento internacional na questão do Kosovo desde 1998. Não cabe aqui discutir a legalidade da guerra do Kosovo, uma vez que a Resolução 1244 a legitimou – ainda que *a posteriori* – ao invocar o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. Quanto à Acta Final de Helsínquia, a resolução não cita nenhum artigo em concreto e este documento consagra igualmente o direito à auto-determinação, o respeito pelos direitos humanos e a protecção das minorias. Segundo esta perspectiva, o reconhecimento da independência do Kosovo não viola a Resolução 1244, pelo que tal opção não se traduz numa violação do Direito Internacional, visto a ONU não ter competências para determinar a criação de novos Estados. Sobre esta questão, a Sérvia, que considera o reconhecimento do Kosovo ilegal à luz do Direito Internacional, anunciou a intenção de solicitar um parecer ao Tribunal Internacional de Justiça.

A credibilidade da ONU não sai reforçada deste processo. No entanto, tal deve-se mais aos constrangimentos causados pelas relações de poder no seio do Conselho de Segurança, que não são de modo algum inéditos, do que à actuação das Nações Unidas no terreno.

A independência do Kosovo representa um enorme desafio para a UE. Foi impossível ultrapassar as divisões entre os Estados-membros quanto ao reconhecimento de uma declaração de independência que não resultasse de um acordo entre Belgrado e Pristina. Espanha, Roménia, Eslováquia e Chipre declararam que não reconheceriam a independência do Kosovo, inviabilizando o respectivo reconhecimento em bloco – deixando assim a decisão do reconhecimento ao critério de cada Estado-membro. Mas a UE é pródiga em soluções originais e foi atingido um consenso mínimo no qual os Estados-membros avessos à independência aceitaram viabilizar as missões previstas no Plano Ahtisaari. Estava em causa o enorme investimento político, diplomático e financeiro que a UE tem vindo a fazer nos Balcãs nos últimos anos e a própria credibilidade da PESC que, desde Abril de 2006, tinha no Kosovo uma equipa de planeamento (EUPT Kosovo), destinada a preparar a implementação do Serviço Civil Internacional.⁵⁴ Assim, a 4 de Fevereiro, o Conselho da UE aprovou a criação da EULEX, uma missão composta por 1900 profissionais na área do Direito, encarregue de monitorizar e prestar assistência nas áreas do Estado de direito. O Conselho procedeu ainda à nomeação de

Pieter Feith como Representante especial da União Europeia para o Kosovo. Caso seja cumprido o calendário previsto no Plano Ahtisaari, o serviço civil internacional e a EULEX deverão estar totalmente operacionais até meados de Junho.

A ausência de consenso no Conselho de Segurança representa um sério problema para a UE, que poderá afectar a capacidade de transferir da ONU para a UE o papel de organização-chapéu, prevista no plano Ahtisaari. Até ao momento, Ban Ki-moon não dirigiu à UE qualquer convite para instalar as suas missões. Embora não necessite de uma autorização do Conselho de Segurança para o fazer, pois, de acordo com a Resolução 1244, a definição em concreto do tipo de presença civil internacional a operar no Kosovo é uma prerrogativa do Secretário-Geral, Ban Ki-moon aparenta não querer desafiar a Rússia nesta questão. Tal está a permitir à Sérvia contestar a legalidade das missões da UE, o que, por sua vez, poderá trazer graves dificuldades à sua operacionalização nas zonas de maioria sérvia do Kosovo. Esse convite poderá surgir durante os próximos quatro meses, mas para já tudo indica que a UNMIK deverá prolongar a sua estada no Kosovo para além do previsto.

A Sérvia face ao facto consumado da independência do Kosovo

As reacções sérvias à declaração de independência ficaram marcadas por vários actos de violência. Na noite de 21 de Fevereiro, na sequência de uma manifestação convocada pelo Governo, as Embaixadas dos EUA, Croácia e Turquia foram incendiadas. Oficialmente, ter-se-á tratado de actos de *hooligans*. No entanto, o comportamento das forças policiais, que se ausentaram misteriosamente das imediações destas representações diplomáticas reaparecendo apenas quando estas já ardiavam, permite lançar a suspeita sobre a sua eventual cumplicidade. Nessa noite, Belgrado foi varrida por uma onda de destruição que incluiu, para além dos ataques às Embaixadas, o saque e destruição de numerosas lojas e quiosques e a vandalização de todo o tipo de equipamentos públicos. Esta onda provocou mais de uma centena de feridos e um morto, ironicamente um refugiado do Kosovo, encontrado carbonizado dentro da Embaixada dos EUA. O Governo recusou-se a condenar a onda de violência, que apenas prejudicou os próprios cidadãos sérvios.

No Kosovo, o primeiro incidente registou-se na noite de 17 de Fevereiro, no norte de Mitrovica, com o lançamento de duas granadas contra veículos da UNMIK. O segundo deu-se na madrugada de 19 de Fevereiro, com a destruição de dois postos fronteiriços entre a Sérvia e o Kosovo. Desde então têm-se sucedido os incidentes na região norte do Kosovo, como o ataque às instalações da missão da UE no norte de Mitrovica, que obrigaram à respectiva evacuação, ou a ocupação do Tribunal de Mitrovica por manifestantes

sérvios, cuja desocupação pela polícia da UNMIK resultou na morte de um polícia ucraniano e em mais de 130 feridos e obrigou à intervenção da KFOR.⁵⁵ É notória a existência de uma estratégia de desafio à autoridade do Governo kosovar, mas também da KFOR e da UNMIK. Assim, a maioria dos polícias sérvios que integravam a Força de Polícia do Kosovo deixaram de comparecer ao trabalho, atitude que põe em causa as provisões do Plano Ahtisaari que, relembre-se, determinam uma representação étnica das forças policiais proporcional à composição étnica de cada circunscrição. Tal atitude é coerente com a estratégia de boicote às instituições locais fomentada por Belgrado desde 2004. Os incidentes têm-se restringido essencialmente à região a norte do Rio Ibar, que divide a cidade de Mitrovica. Nas restantes áreas com população sérvia apenas ocorreram manifestações pacíficas. Importa realçar que desde a declaração de independência «não ocorreram quaisquer episódos de violência inter-étnica, nem o êxodo de refugiados em massa, nem ataques organizados a edifícios ou lugares históricos».⁵⁶

Estes incidentes remetem-nos para o risco mais sério decorrente do carácter não consensual da independência do Kosovo: o espectro da partição do território. Tal possibilidade, veiculada pelos sectores nacionalistas e acarinhada por uma parte significativa da elite sérvia, consistiria na reintegração na Sérvia da região a norte do Rio Ibar, cuja população é maioritariamente sérvia. Em Fevereiro de 2007, a Academia Sérvia das Ciências e das Artes chegou mesmo a publicar duas obras que constituíam um plano concreto para a partição. Este incluía mapas detalhados sobre a transferência de populações e, prevendo a possibilidade de a maioria albanesa da região sérvia do Vale de Presevo reivindicar por seu turno a integração no Kosovo, sugeria o realojamento dos sérvios da zona sul do Kosovo nessa região, de modo a alterar o seu balanço demográfico a favor dos sérvios.⁵⁷ Note-se que dos cerca de 100 a 120 mil sérvios actualmente a viver no Kosovo, apenas cerca de 40 mil vivem na região contígua à Sérvia, a norte do Rio Ibar, onde constituem a maioria da população, ficando os albaneses em minoria. A maioria dos sérvios do Kosovo encontra-se dispersa em pequenas povoações e em enclaves no resto do território. Estes não têm, manifestamente, a intenção de abandonar as suas casas, caso contrário tê-lo-iam feito em 1999 ou em 2004, quando o Kosovo assistiu a graves incidentes dirigidos contra os sérvios.

A partição será o verdadeiro objectivo de Belgrado, cuja concretização será bastante facilitada caso os albaneses desencadeiem ou se deixem envolver em incidentes inter-étnicos dos quais resulte o êxodo das populações sérvias nas zonas de maioria albanesa.⁵⁸

Uma análise das relações de poder entre os líderes albaneses do Kosovo e a forma como defendem os seus interesses permite concluir que muito difi-

cilmente ocorrerão tais incidentes. De facto, as eleições legislativas kosovares de Novembro de 2007, que deram, pela primeira vez, a vitória ao PDK do ex-líder político do UCK, Hashim Thaci, resultaram na formação de um governo de coligação com os seus antigos rivais do LDK. Daqui resultou um Governo particularmente forte que, para além da legitimidade democrática, tem também uma forte autoridade resultante da lealdade dos principais clãs que compõem a sociedade albanesa do Kosovo. Do mesmo modo, o Governo kosovar vinculou-se aos princípios do Plano Ahtisaari, ciente que a viabilidade do Kosovo como Estado aí assenta, de forma a conseguir os apoios internacionais imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Qualquer tentativa isolada ou desencadeada por facções extremistas albanesas de criar incidentes inter-étnicos será prontamente reprimida pelos próprios albaneses kosovares que, contrariando o seu carácter tradicionalmente beligerante, já demonstraram ser um povo particularmente coeso e disciplinado, não obstante os estereótipos recorrentes que os apresentam como um povo bárbaro.

A viabilidade do Kosovo como Estado independente dependerá, em primeiro lugar, do comportamento responsável dos seus líderes e, em segundo, do grau de empenhamento da comunidade internacional na sua consolidação, nomeadamente da UE, que contará com a oposição da Rússia. Até agora, Moscovo tem-se absterido de, segundo as palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Bernard Kouchner, «deitar óleo para o fogo».⁵⁹ O empenhamento de Moscovo na revogação da independência do Kosovo depende, acima de tudo, da situação interna da Sérvia e da eventual emergência de um governo nacionalista pró-russo.

Assim, a estabilidade dos Balcãs depende essencialmente da evolução da situação política interna da Sérvia. A independência do Kosovo precipitou Belgrado numa profunda crise política, nada surpreendente aliás, cujo prólogo ocorreu no confronto eleitoral para o cargo de Presidente.

A 3 de Fevereiro, a segunda volta das eleições presidenciais deu a vitória ao Presidente cessante, Boris Tadic, líder do Partido Democrata (DS), que por uma margem de apenas 116 mil votos, derrotou o candidato ultra-nacionalista Tomislav Nikolic – vice-presidente do partido mais votado nas eleições legislativas de 2007, o Partido Radical. Embora ambos se declarassem contra a independência do Kosovo, Tadic insistiu sempre na ideia da integração europeia como o rumo certo para o futuro da Sérvia. O seu parceiro de coligação no Governo, o Primeiro-Ministro Vojislav Kostunica, recusou-se a declarar apoio a Tadic, pelo que a sua vitória não pode deixar de ser entendida como uma derrota de Kostunica. Significativamente, Tadic recolheu os votos necessários para derrotar os nacionalistas nas regiões com um maior número de eleitores pertencentes a minorias étnicas ou religiosas, como a Vojvodina ou o

Sandjak. Mas o apoio da maioria dos Estados-membros da UE à independência do Kosovo e o empenhamento desta no processo veio colocar em cheque o objectivo de Tadic de compatibilizar o processo de integração europeia da Sérvia com a preservação da soberania sobre o Kosovo.

Por outro lado, a independência do Kosovo deu às facções nacionalistas o pretexto ideal para lançarem uma campanha de intimidação contra os sectores mais liberais da sociedade, incluindo ameaças sistemáticas contra as ONG de defesa dos direitos humanos e várias personalidades, como o líder do Partido Liberal Democrata (LDP), Cedomir Jovanovic, e Natasha Kandic, directora do Fundo para o Direito Humanitário. Jovanovic e Kandic são considerados traidores à pátria e têm vindo a ser ameaçados de morte por serem favoráveis à independência do Kosovo. Foi neste ambiente de intolerância que foi organizada, a 21 de Fevereiro, a manifestação «*Kosovo je Srbija*», para a qual o Governo se empenhou através da aplicação dos mesmos métodos usados por Milosevic: nesse dia, foi decretada a interrupção das aulas nas escolas e faculdades, cabendo aos professores organizar a participação dos seus estudantes; a função pública foi dispensada de serviço, o mesmo acontecendo em numerosas empresas estatais; foram reforçados os transportes públicos que trouxeram gratuitamente gente de todo o país. O campo nacionalista parecia apostado em ganhar nas ruas o que havia perdido, semanas antes, nas urnas. O Partido Democrático, que apoiou a sua convocação, desvinculou-se à última hora. A participação na manifestação, reunindo entre 150 e 250 mil pessoas, ficou muito longe dos números esperados, sobretudo tendo em conta os meios mobilizados e os motivos da sua convocação. Os graves incidentes que se seguiram em nada contribuíram para o bom nome da Sérvia e para a sua imagem internacional, agravando assim ainda mais o conflito entre europeístas e nacionalistas.

Tal conflito reflectiu-se imediatamente no seio do governo. Em nome da defesa do Kosovo, o Partido Democrático da Sérvia (DSS) de Kostunica decidiu apoiar no Parlamento uma proposta de resolução do Partido Radical exigindo que a UE confirmasse «de forma clara e sem ambiguidades» a integridade territorial da Sérvia como condição prévia à continuação do processo de integração europeia da Sérvia. Kostunica deparou-se então com a oposição do DS, que considerou que tal exigência não tinha como objectivo a defesa do Kosovo mas a inviabilização da integração da Sérvia na UE. A crise governativa resultou na demissão de Kostunica, a 8 de Março, e na subsequente dissolução do Parlamento.

A grande clivagem política na Sérvia separa nacionalistas e europeístas. Os primeiros defendem o nacionalismo como a única forma de preservar a sociedade sérvia e privilegiam a Rússia como parceiro internacional. Os se-

gundos entendem que o futuro está na participação do país no processo de construção europeia; ainda que o preço a pagar seja a necessidade de assumir a perda do Kosovo como uma consequência inevitável das políticas repressivas do anterior regime.

Os resultados das eleições legislativas convocadas para 11 de Maio serão determinantes para o futuro da Sérvia. A possibilidade de o Partido Radical vencer e formar governo, sozinho ou coligado com o DSS e o Partido Socialista da Sérvia de Milosevic, é real. O campo pró-europeu terá grandes dificuldades em contrariar essa probabilidade. Se isso acontecer, a Sérvia voltará a ser dominada pelo autoritarismo nacionalista que a marcou na década de 90, situação que se repercutirá negativamente não só no Kosovo, mas também na Bósnia e na condição das minorias no seio da própria Sérvia. Seja como for, a responsabilidade da escolha caberá apenas aos cidadãos sérvios.

Conclusão

A realidade comprova a ausência de uma alternativa viável à independência do Kosovo. A maioria albanesa, cerca de 90% da população, jamais aceitaria permanecer ligada à Sérvia, que por seu turno não demonstra o menor desejo de integrar como cidadãos de pleno direito os albaneses do Kosovo. Na Sérvia, os regimes políticos sucederam-se, desde 1912 até hoje, sem que nenhum deles tivesse tido a preocupação de integrar os albaneses do Kosovo no seu sistema político. Se tal vontade surgisse agora, seria tarde de mais.

Contrariar a expectativa da esmagadora maioria da população em aceder à independência implicaria o regresso de políticas repressivas contra as quais foi feita a intervenção da NATO em 1999. A independência do Kosovo será também um teste crucial à adesão da sociedade sérvia aos valores democráticos, revelando finalmente o peso real do nacionalismo na Sérvia contemporânea. A independência não será uma panaceia para os problemas do Kosovo, mas é uma condição essencial para que sejam ultrapassados. Terminado o processo de desintegração da ex-Jugoslávia, o principal motor da democratização das sociedades dos Balcãs Ocidentais reside agora no poder de atracção do projecto de integração europeia. O desmantelamento de uma entidade que nunca foi capaz de integrar os seus cidadãos num projecto comum foi um passo necessário para que os diversos Estados dos Balcãs consigam ultrapassar o pesado legado etno-nacionalista. Só quando isso acontecer, as fronteiras entretanto erguidas nos Balcãs deixarão novamente de fazer sentido.

Notas

- 1 Noel Malcolm, *Kosovo: A Short History* (Londres: Pan Books, 2000), p. 256.
- 2 Ver Dubravka Stojanovic, «The End of National Arrogancy» (*Helsinki Charter*, n.º 103-104, Janeiro/Fevereiro de 2007).
- 3 Malcolm, *op. cit.*, pp. 252-5.
- 4 *Idem*, p. 297.
- 5 Em 1990, o advogado e activista dos direitos humanos Srdja Popovic liderou uma equipa que procedeu a uma investigação sobre esta questão. Sobre as alegadas violações Popovic concluiu que não existiam provas que sustentassem tais acusações. Pelo contrário, não só o número de violações no Kosovo era inferior às ocorridas no resto da Jugoslávia, como a sua ocorrência se dava sobretudo entre pessoas do mesmo grupo étnico. Ver Srdja Popovic, Dejan Janca e Tanja Tetovar (eds.), *Kosovski cvor: dresiti ili seci?* (Belgrado, 1990). Citado por Jasna Dragovic-Soso, «Saviours of the Nation»: *Serbia's Intellectual Opposition and the Revival of Nationalism* (McGill-Queen's University Press, 2002), pp. 120-1.
- 6 Citado por Tim Judah, *The Serbs: History, Myth and the Destruction of Yugoslavia* (New Haven: Yale University Press, 2.ª ed., 2000), p. 158.
- 7 Citado por Robert Thomas, *Serbia under Milosevic: Politics in the 1990s* (Hurst & Company, 1999), p. 50.
- 8 Sabrina P. Ramet, *Balkan Babel: The Disintegration of Yugoslavia From the Death of Tito to the Fall of Milosevic* (Westview Press, 2002), p. 36.
- 9 Malcolm, *op. cit.*, p. 349.
- 10 Sobre as políticas repressivas dirigidas contra os albaneses do Kosovo, ver Carrie Booth Walling, «The History and Politics of Ethnic Cleansing», in Ken Booth (ed.), *The Kosovo Tragedy: The Human Rights Dimensions* (Frank Cass, 2000), pp. 47-66.
- 11 Frances Trix, «Kosovar Albanians between a Rock and a Hard Place», in Sabrina P. Ramet e Vjeran Pavlakovic (eds.) *Serbia since 1989: Politics and Society under Milosevic and After* (University of Washington Press, 2005), p. 311.
- 12 Walling, *op. cit.*, p. 60.
- 13 Sabrina P. Ramet, *Thinking about Yugoslavia* (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), p. 209.
- 14 Rugova viria a ser contemplado com o Prémio Sakharov em 1998.
- 15 Malcolm, *op. cit.*, p. 353.
- 16 Ver Maja Miljkovic e Marko Attila Hoare, «Crime and the Economy under Milosevic and His Successors», in Ramet e Pavlakovic, *op. cit.*, pp 192-226.
- 17 Reneo Lukic, «From the Federal Republic of Yugoslavia to the Union of Serbia and Montenegro», *idem*, p. 65.
- 18 Walling, *op. cit.*, p. 62.
- 19 Alex Bellamy, «Human Wrongs in Kosovo», in Walling, *op. cit.*, p. 119.
- 20 Trix, «Albanians between a Rock and a Hard Place», in Ramet e Pavlakovic, *op. cit.*, p. 333.
- 21 Ver Lenard J. Cohen, *Serpent in the Bosom: The Rise and Fall of Slobodan Milosevic* (Westview Press, 2002), p. 315.
- 22 Ver House of Commons, *Foreign Affairs Committee* (Foreign Affairs – Fourth Report, Session 1999/2000, ver em particular os pontos 93 a 105 [<http://www.publications.parliament.uk/pa/cm199900/cmselect/cmfaff/28/2811.htm>]).
- 23 *Idem*, ponto 105.
- 24 Trix, «Albanians between a Rock and a Hard Place», in Ramet e Pavlakovic, *op. cit.*, p. 334.
- 25 Nations Unies, Résolution 1244

- (S/RES/1244(1999), 10 de Junho de 1999 [[http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244\(1999\)](http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/RES/1244(1999))]).
- 26 Declarações numa audiência do Senado dos EUA em Novembro de 1999, citado por Cohen, p. 342.
- 27 United Nations, «Implementing «Standards before Status» Policy Core Political Project for UN Kosovo Mission, Security Council Told» (Press Release SC/7999, 6 de Fevereiro de 2004 [<http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc7999.doc.html>]).
- 28 Ver Mihai Carp, «Por fim boas notícias» (*Notícias da OTAN*, n.º 4, Inverno de 2002 [<http://www.nato.int/docu/review/2002/issue4/portuguese/art2.html>]).
- 29 Trix, «Albanians between a Rock and a Hard Place», in Ramet e Pavlakovic, *op. cit.*, p. 337.
- 30 International Crisis Group (ICG), *Collapse in Kosovo* (ICG, Europe Report n.º 155, 22 de Abril de 2004 [http://www.crisisgroup.org/library/documents/europe/balkans/155_collapse_in_kosovo_revised.pdf]), pp 44-52.
- 31 O Grupo de Contacto é o grupo informal de países encarregue de coordenar as iniciativas políticas internacionais para a região dos Balcãs, constituído pelos EUA, Rússia, França, Alemanha, Itália e Reino Unido.
- 32 Nations Unies, «Lettre datée du 7 octobre 2005, adressée au Président du Conseil de sécurité par le Secrétaire général» (S/2005/635, 7 de Outubro de 2005 [<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/540/70/PDF/N0554070.pdf?OpenElement>]). A mesma opinião é defendida pelo sociólogo kosovar Fadil Maloku, «Is Kosova at a crossroad of definition of its political status?» (Kosovakosovo.com [http://www.kosovakosovo.com/forum/index.php?change_lang=en&id=8359]).
- 33 United Nations, «Report of the Secretary-General on the United Nations Interim Administration Mission in Kosovo» (S/2005/335, 3 de Maio de 2005 [<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/339/18/PDF/N0533918.pdf?OpenElement>]).
- 34 Nations Unies, «Lettre datée du 7 octobre 2005, adressée au Président du Conseil de sécurité par le Secrétaire général» (S/2005/635, 7 de Outubro de 2005 [<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/540/70/PDF/N0554070.pdf?OpenElement>]).
- 35 «Guiding principles of the Contact Group for a Settlement of the status of Kosovo» [<http://www.unosek.org/docref/Contact%20Group%20-%20Ten%20Guiding%20principles%20for%20Ahtisaari.pdf>]).
- 36 Ver ICG, *Serbia's New Constitution: Democracy going backwards*. (ICG, Europe Briefing n.º 44, 8 November 2006 [http://www.crisisgroup.org/library/documents/europe/balkans/b44_serbias_new_constitution___democracy_going_backwards.pdf]).
- 37 United Nations, «Letter dated 26 March 2007 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council» (S/2007/168, 26 de Março de 2007 [<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N07/272/23/PDF/N0727223.pdf?OpenElement>]).
- 38 United Nations, «Letter dated 26 March 2007 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council – Addendum: Comprehensive Proposal for the Kosovo Status Settlement» (S/2007/168/Add.1, 26 de Março de 2007 [http://www.unosek.org/docref/Comprehensive_proposal-english.pdf]).

- 39 Sobre os argumentos da Sérvia, ver o artigo de opinião do Primeiro-Ministro Vojislav Kostunica, «Justice for Serbia» (*The Washington Post*, 12 de Julho de 2007 [http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/07/11/AR2006071101202.html]).
- 40 Nesse sentido, ver «Le statut, une défaite pour le Kosovo?» (*Koha Ditore*, 27 de Janeiro de 2007, traduzido pelo *Courrier des Balkans* [http://balkans.courriers.info/article7632.html]).
- 41 Ver Gennady Sysoyev, «Our Russian Brothers» (*Kommersant*, 5 de Abril de 2007 [http://www.kommersant.com/p756097/r_520/Kosovo/]).
- 42 «Putin calls for 'Universal Principles' to settle frozen conflicts» (*Radio Free Europe*, 1 de Fevereiro de 2006 [http://www.rferl.org/featuresarticle/2006/02/dd872c4d-1d9e-4e35-86d9-436036bb8a4b.html]).
- 43 United Nations, «Security Council 5672nd meeting» (S/PV.5672, 2 de Maio de 2007 [http://www.unosek.org/docref/s-pv5672-briefing%20by%20the%20Head%20of%20the%20UNSC%20omission%20to%20Kosovo%20-%202007-05-01.pdf]).
- 44 «EU splinter group emerges on Kosovo» (*EU Observer*, 1 de Abril de 2007 [http://euobserver.com/9/23820/?rk=1]).
- 45 Sobre a posição da Rússia, ver ICG, *Kosovo's Status: Difficult Months Ahead* (ICG, Europe Briefing n.º 45, 20 de Dezembro de 2006 [http://www.crisisgroup.org/library/documents/europe/balkans/b45_kosovos_status___difficult_months_ahead.pdf]).
- 46 Richard Holbrooke, «Russia's Test in Kosovo» (*The Washington Post*, 13 de Março de 2007 [http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2007/03/12/AR2007031200972.html]).
- 47 A perspectiva russa foi claramente expressa pelo correspondente do jornal *Kommersant*, Gennady Sysoyev, *op.cit.*: «até recentemente, as novas autoridades em Belgrado não tinham sido particularmente generosas para com a Rússia, em especial ao impedir o acesso do capital russo às privatizações sérvias, suavizando a sua posição há apenas cerca de ano e meio. Por coincidência, esse foi o momento em que as negociações sobre o estatuto do Kosovo começaram». Ver também «Gazprom will buy NIS very soon» (*B92*, 26 de Fevereiro de 2008 [http://www.b92.net/eng/news/business-article.php?yyyy=2008mm=02&dd=26&nav_id=47994]); e, «Dinkic unhappy about Gazprom deal, Kosovo debt» (*B92*, 26 de Fevereiro de 2008 [http://www.g2.net/eng/news/business-article.php?yyyy=2008&mm=02&dd=26&nav_id=47997]).
- 48 NATO, «Russian Troops Leave KFOR» (*NATO Update*, 2 de Julho de 2003 [http://www.nato.int/docu/update/2003/07-july/e0702a.html]).
- 49 Ver ICG, *Kosovo Countdown: A Blueprint for Transition*, (ICG, Europe Report n.º 188, 6 de Dezembro de 2007 [http://www.crisisgroup.org/library/documents/europe/balkans/188_kosovo_countdown___a_blueprint_for_transition.pdf]).
- 50 United Nations, «Official communiqué of the 5811th (closed) meeting of the Security Council» (S/PV.5811, 19 de Dezembro de 2007 [http://daccess-ods.un.org/TMP/8665726.html]).
- 51 No segundo semestre de 2007 a região assistiu ao surgimento de dois grupos para-militares, um sérvio, denominado Guarda do Tsar Lazar, e outro albanês, denominado Exército Nacional Albanês. O aparecimento destas duas formações dificilmente pode ser entendido como espontâneo. Muito provavelmente tratou-se de

- instrumentos de pressão de sectores mais radicais de ambos os lados numa tentativa de condicionar as negociações. Independentemente dos seus resultados, representaram um desafio real à autoridade das forças internacionais no terreno e um factor acrescido de tensão. Ver ICG, *Kosovo Countdown*, pp 8-9.
- 52 Republic of Kosovo Assembly, «Kosovo Declaration of Independence» [<http://www.assembly-kosova.org/?krye=news&newsid=1635&lang=en>].
- 53 Para uma informação actualizada sobre a lista de países que reconhece o Kosovo como Estado independente, ver [<http://www.kosovothanksyou.com/>].
- 54 Sobre a dimensão do empenhamento da UE na estabilização e desenvolvimento da região, ver Communication from the Commission to the European Parliament and the Council, «Western Balkans: Enhancing the European perspective» (COM(2008)127, 5 March 2008 [http://ec.europa.eu/enlargement/balkans_communication/index_en.htm]).
- 55 «UN officer dies after Kosovo riot» (*BBC News*, 18 de Março de 2008 [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7300015.stm>]).
- 56 «NATO: Kosovo situation delicate, but optimistic» (*B92*, 6 de Março de 2008 [http://www.b92.net/eng/news/politics-article.php?yyyy=2008&mm=03&dd=06&nav_id=48231]).
- 57 SANU, *Kosovo and Metohia: Past, Present, Future* (SANU, 2007 [<http://www.sanu.ac.yu/English/Izdanja/NoveKnjige.aspx?arg=10>]); Aleksandar Vasovic, «Serbia Plays Kosovo Partition Card» (*BIRN*, 19 de Abril de 2007 [<http://kosovo.birn.eu.com/en/1/70/2698/>]).
- 58 James Lyon, «Partition of Kosovo?» (*B92 Blog*, 11 de Abril de 2007 [<http://blog.b92.net/arhiva/node/5156>]).
- 59 Declaração proferida durante o programa *BBC World Debate* (*BBC World*, 15 de Março de 2008).

